



## INTEGRAÇÃO



Pág. 3

**Procuradoria-Geral do Estado fortalece atuação no interior com visitas institucionais às comarcas**

## INTEGRIDADE PÚBLICA

Pág. 4

**Em parceria com a Secom, Procuradoria lança Cartilha de Condutas Vedadas para orientar agentes públicos nas Eleições 2026**

## RECONHECIMENTO



Pág. 8

**Procuradoria-Geral do Estado é homenageada em sessão solene na Assembleia Legislativa do Acre**

Pág. 5



## ESPECIAL 49 ANOS

**Corrida solidária marca início das comemorações pelos 49 anos da Procuradoria-Geral do Estado**

Pág. 6



## GESTÃO PÚBLICA

**2º Encontro Anual de Procuradores celebra os 49 anos de atuação no Acre**

## ATUAÇÃO

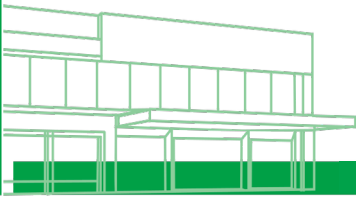
Pág. 9

**Acre reforça defesa por justiça federativa em proposta nacional sobre royalties do petróleo**

## VITÓRIA JUDICIAL

Pág. 11

**Atuação da PGE/AC assegura vitória judicial e protege a receita estadual de ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações**



## EDITORIAL



Esta edição reúne um panorama das principais ações desenvolvidas pela Procuradoria-Geral do Estado do Acre no primeiro semestre de 2026. Ao longo desse período, a instituição ampliou sua atuação em diferentes frentes, fortalecendo sua presença no interior do estado, investindo em governança, inovação e qualificação institucional e consolidando iniciativas voltadas à segurança jurídica e ao fortalecimento da gestão pública.

As páginas a seguir retratam esse trabalho por meio de ações que evidenciam uma Procuradoria cada vez mais integrada às prioridades do Governo do Estado e comprometida com a entrega de resultados para a sociedade. Entre os destaques estão a aproximação com as comarcas do interior, o fortalecimento do diálogo com as instituições do sistema de Justiça, a promoção da integridade pública por meio da Cartilha de Condutas Vedadas, a realização do concurso para recomposição da carreira, importantes vitórias judiciais na defesa do patrimônio público e as comemorações pelos 49 anos da instituição.

O semestre também foi marcado por iniciativas voltadas à valorização das pessoas, à preservação da memória institucional e à aproximação com a comunidade acadêmica, reforçando que o fortalecimento da advocacia pública passa, igualmente, pelo investimento em conhecimento, inovação e desenvolvimento humano.

Cada conquista apresentada neste informativo é resultado do trabalho técnico, ético e comprometido de procuradores, servidores, estagiários e colaboradores, que diariamente contribuem para garantir segurança jurídica à administração pública e fortalecer a capacidade do Estado de implementar políticas públicas em benefício da população acreana.

Mais do que registrar as principais ações desenvolvidas ao longo deste semestre, esta publicação reafirma o compromisso permanente da Procuradoria-Geral do Estado com o fortalecimento das instituições, a boa governança e a construção de um Acre cada vez mais eficiente, moderno e preparado para os desafios do futuro.

**Janete Melo d'Albuquerque Lima de Melo**

Procuradora-Geral do Estado do Acre



## INTEGRAÇÃO

### Procuradoria-Geral do Estado fortalece atuação no interior com visitas institucionais às comarcas



As agendas fortalecem a presença da instituição em todas as regiões acreanas.

A Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC) deu início às visitas institucionais às comarcas do interior como parte das ações previstas no eixo Gestão Institucional e Governança, uma das diretrizes estratégicas do Plano de 90 Dias do Governo do Estado. A iniciativa prevê a realização de agendas nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Juruá e Envira, fortalecendo a presença da instituição em todas as regiões acreanas.

A primeira foi realizada, em maio, na Vara Única da Comarca de Bujari, com o objetivo de fortalecer o diálogo institucional, alinhar fluxos de atuação e identificar demandas que contribuam para o aprimoramento da representação judicial e da consultoria jurídica prestadas ao Estado.

Participaram da visita o procurador-geral adjunto e chefe da Procuradoria Administrativa, Lucas Grangeiro Bonifácio, o chefe da Procuradoria Judicial, Thomaz Carneiro Drumond, o chefe da Procuradoria Fiscal, Thiago Torres Almeida, e o coordenador da Coordenadoria de Processos Trabalhistas, José Neto Castelo Branco de Vasconcelos.

A comitiva da PGE/AC foi recebida pelo juiz titular da comarca, Manoel Simões Pedroga, e contou ainda com a participação do promotor de Justiça, Eduardo Lopes de Faria, e do defensor público Luís Gustavo Medeiros de Andrade, que atua nos feitos cíveis.

A segunda agenda foi realizada, também em maio, na Vara Única da Comarca de Senador Guimard, reunindo representantes das instituições que integram o sistema de Justiça e de segurança pública.

Participaram do encontro o juiz titular da comarca, Romário Divino Faria, a juíza substituta Hellen da Silva Souza Oliveira Rosa, o defensor público Eufrásio Moraes de Freitas Neto e o delegado e coordenador da Polícia Civil de Senador Guimard, Rômulo Barros. Representando a Procuradoria-Geral do Estado estiveram presentes o procurador-geral adjunto, Lucas Grangeiro Bonifácio, e o procurador do Estado Thomaz Carneiro Drumond.

Para a procuradora-geral do Estado, Janete Melo, a iniciativa representa um avanço na construção de uma atuação cada vez mais integrada entre as instituições. “A presença da Procuradoria nas comarcas do interior fortalece o diálogo, aproxima as instituições e nos permite compreender de forma mais direta as demandas de cada região. Essa escuta qualificada é fundamental para aperfeiçoarmos nossa atuação e garantirmos uma defesa cada vez mais eficiente dos interesses do Estado e, conseqüentemente, da população acreana”.

Além das visitas às comarcas, a programação da Procuradoria ao longo de 2026 também contempla ações de aproximação com a comunidade acadêmica, por meio do projeto PGE na Escola. A iniciativa prevê encontros e palestras para estudantes do ensino médio e superior sobre advocacia pública, o papel da Procuradoria na defesa do interesse público e as oportunidades de estágio na instituição, fortalecendo a formação de novos profissionais e ampliando o conhecimento da sociedade sobre a atuação da advocacia pública.



As ações buscam ampliar a integração entre as instituições.

As ações integram o projeto estratégico de comunicação interna e externa da Procuradoria-Geral do Estado, que busca ampliar a integração entre as instituições, fortalecer a presença da advocacia pública em todas as regiões do Acre e contribuir para uma gestão cada vez mais eficiente, moderna e próxima da população.



## INTEGRIDADE PÚBLICA

# Em parceria com a Secom, Procuradoria lança Cartilha de Condutas Vedadas para orientar agentes públicos nas Eleições 2026



O evento reuniu secretários, diretores e servidores da administração direta e indireta.

Com o objetivo de assegurar a integridade da gestão estadual e a lisura do processo democrático, o governo do Acre, por meio da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), lançou em março, no auditório do Detran, a cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos nas Eleições de 2026”.



A secretária de Estado de Comunicação, Nayara Lessa, reforçou em sua apresentação a importância da Cartilha Eleitoral 2026.

O material sintetiza as normas previstas na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) e na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), servindo como um guia prático para que o uso da máquina pública não interfira na igualdade de oportunidades entre os candidatos.

A secretária de Estado de Comunicação, Nayara Lessa, declarou que o objetivo central é garantir que a gestão estadual mantenha a transparência e a legalidade. “É fundamental que todos os servidores e o governo tenham pleno conhecimento dessas regras para que não ocorra nenhuma infração. A comunicação pública é uma área muito demandada e sensível nesse período, por isso, precisamos estar alinhados à lei para evitar qualquer tipo de sanção ou irregularidade”.

A Procuradora-Geral do Estado, Janete Melo, lembrou que o desrespeito às condutas vedadas pode gerar graves sanções, desde multas graves até a cassação de registros de candidatura.



A procuradora-geral do Estado, Janete Melo, e o procurador do Estado, Marcos Motta, explicaram a cartilha.

De acordo com a procuradora-geral do Estado, Janete Melo, a edição da cartilha é uma prática já consolidada, atualizada a cada pleito, inclusive nas eleições municipais, em razão da abrangência das normas que impactam a administração estadual.

Diferente de anos anteriores, quando o foco inicial eram os titulares das pastas, o lançamento deste ano foi planejado para atingir diretamente o corpo técnico do Estado.

“Em diálogo com a Secretaria de Comunicação, decidimos ampliar esse público já no lançamento. Não focamos apenas nos secretários e diretores, mas também nos servidores que executam as ações no dia a dia. São eles que fazem as engrenagens dos órgãos públicos funcionarem e precisam estar munidos de informação segura”, destacou Janete Melo.



## ESPECIAL 49 ANOS

### Corrida solidária marca início das comemorações pelos 49 anos da Procuradoria-Geral do Estado



Mil pessoas participaram da 3ª edição da corrida

A Procuradoria-Geral, em parceria com a Associação Longão Elite, realizou, no dia 26 de abril, a 3ª edição da sua corrida institucional, consolidando uma iniciativa que une promoção à saúde, integração e solidariedade.

O evento marcou a abertura oficial da programação comemorativa pelos 49 anos de instalação da PGE e pelo Dia do Procurador do Estado, celebrado no dia 29 de abril, reafirmando o compromisso da instituição com ações que vão além do âmbito jurídico, incentivando a qualidade de vida e o engajamento social.

“Essa é a terceira edição da corrida que cresce a cada ano. Desde que assumi como procuradora-geral tenho investido em qualidade de vida, criamos uma Divisão para estimular nossos servidores a buscar saúde por meio da prática de atividade física e outros hábitos saudáveis. Essa corrida também tem fins solidários. Foram 3 toneladas de alimentos arrecadados”, destaca a procuradora-geral do Estado, Janete Melo.

A corrida, com percursos de 5 km, 10 km, 15 km e 21 km, contou com a participação de mil inscritos, sendo servidores, colaboradores e comunidade em geral. Vicente Nepomucena corre há cerca de 10 anos. “Eu acho que estou vivo graças a atividade física. Meu filho começou com esse movimento da corrida e me trouxe”.

A corrida arrecadou 3 toneladas de alimentos não perecíveis que foram destinadas para pessoas em situação de vulnerabilidade

### Cápsula do tempo guarda memórias que serão reveladas em 2027

O evento “Capítulo 49 - O Tempo em Curso”, integrou a programação comemorativa pelos 49 anos de instalação da instituição e do Dia do Procurador do Estado do Acre, celebrado em 29 de abril.

A atividade, ocorreu no dia 29 de abril, no auditório da instituição, e reuniu procuradores, servidores, estagiários e colaboradores em um momento simbólico de valorização da memória institucional e de projeção para o futuro.

À época, participaram do momento, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), Vicente Braga, e o diretor administrativo e financeiro da Anape, Helder Barros. Atualmente, Helder é o presidente.

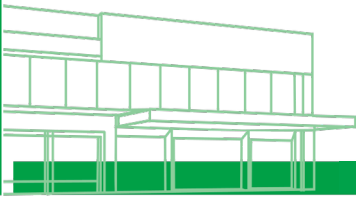
Representando também a procuradora-geral do Estado, o procurador-geral adjunto, Lucas Grangeiro, ressaltou o caráter contínuo e dinâmico da instituição. “Os 49 anos celebram o percurso de quem construiu pedra por pedra ao longo de quase cinco décadas. Uma procuradoria que existe que resiste e que ainda tem muito a dizer. A cápsula do tempo que lacramos hoje é o ciclo perfeito dessa consciência. Guardamos o presente não porque ele é definitivo, mas porque sabemos que o futuro olhará para ele e aprenderá. Escrevemos cartas para o ano que vem porque acreditamos que haverá um ano que vem e isso por si só já é um ato da fé institucional”.

### Cápsula do Tempo

Durante o evento, os participantes foram convidados a registrar lembranças, percepções e expectativas, que passaram a integrar uma cápsula do tempo, oficialmente lacrada durante o evento. A cápsula será reaberta em 2027.



Os servidores Damião Araújo e Antônio da Silva, representando todos os servidores da instituição, foram convidados a colocar os registros na cápsula



## GESTÃO PÚBLICA

# 2º Encontro Anual de Procuradores celebra os 49 anos de atuação no Acre



Durante a cerimônia, foram realizadas homenagens a parceiros, procuradores e procuradoras que contribuíram para a construção da história da instituição.

No dia 28 de abril, aconteceu o 2º Encontro Anual de Procuradores do Estado do Acre, na Universidade Federal do Acre (Ufac). O evento celebrou o Dia do Procurador do Estado, comemorado no dia 29, e os 49 anos de atuação da instituição no Acre.

O encontro reforçou a conexão entre passado, presente e futuro, consolidando o amadurecimento institucional e reafirmando o papel estratégico da advocacia pública no diálogo entre os poderes e na modernização do Estado.

“Os 49 anos são um marco muito importante. A nossa missão institucional é representar judicialmente o Estado do Acre, mas vai muito além do simples peticionar em processos ou da defesa jurídica, que também é essencial. Nós estamos ao lado dos gestores na tomada de decisões, garantindo segurança jurídica conforme o ordenamento vigente. Esse é um dos nossos propósitos, assegurar que as políticas públicas sejam bem estruturadas e que, ao final, tragam benefícios à população acreana”, destacou Lucas Granjeiro, procurador geral adjunto do Estado.

### Homenagens

A narrativa dos 49 anos foi inspirada no Rio Acre, fazendo uma analogia com o percurso da Procuradoria, que, assim como o rio que corta o estado, segue seu fluxo ao longo do tempo, superando desafios, contornando obstáculos e cumprindo sua missão institucional. O rio, nesse contexto, representa continuidade, memória, identidade e construção coletiva.

Durante a cerimônia, foram realizadas homenagens a parceiros, procuradores e procuradoras que

contribuíram para a construção da história da instituição. A lembrança institucional entregue foi desenvolvida pela Divisão de Comunicação da PGE e executada pelo artesão acreano Antônio Geraldo, reunindo elementos de identidade institucional, cultura regional e memória.

### Estratégia e Inovação



A subprocuradora-geral do Distrito Federal, Izabela Frota Melo, palestrou sobre governança, estratégia e inovação no setor público.

Durante a programação, ocorreu a palestra da subprocuradora-geral do Distrito Federal e presidente da Rede Nacional de Governança, Estratégia e Inovação da Advocacia Pública Brasileira (Renagei), Izabela Frota Melo, que abordou temas relacionados à governança, estratégia e inovação no setor público.

“O tema reflete a visão de uma liderança que compreende a importância de os órgãos públicos trabalharem com governança, planejamento estratégico e inovação. São elementos essenciais para que as instituições entreguem valor público, mesmo que não façam parte tradicional do nosso DNA jurídico”, ressaltou Izabela Frota.



## MEMÓRIA ACREANA

### Visita ao Palácio Rio Branco valoriza a história do Acre



Procuradores e servidores participaram de visita guiada ao Palácio Rio Branco.

No dia 29 de abril, procuradores do Estado e servidores participaram de uma visita guiada ao Palácio Rio Branco, um dos principais símbolos históricos, culturais e institucionais do Acre.

A iniciativa reforça o compromisso da instituição com a valorização da memória e da identidade acreana. A atividade ganha ainda mais relevância ao considerar que muitos dos procuradores não são naturais do estado, proporcionando uma imersão na história, na formação política e nos marcos que consolidaram o Acre como unidade federativa brasileira.



O Palácio é um dos principais símbolos históricos, culturais e institucionais do Acre.

Sede do governo do Estado, o Palácio Rio Branco começou a ser construído na década de 1920, sendo inaugurado em 1930 e concluído em 1948. Projetado pelo arquiteto alemão Alberto Massler, o edifício se destaca pela arquitetura de inspiração clássica europeia, com elementos que simbolizam solidez institucional e modernização, características marcantes de um período em que o Acre buscava afirmar sua estrutura administrativa e urbana.

O procurador-geral adjunto, Lucas Grangeiro, natural da Paraíba, destacou a importância simbólica do momento. “É um prazer muito grande podermos visitar o Palácio, a sede do Poder Executivo, o Poder Executivo que nós representamos, que assessoramos, que ajudamos a efetivar as políticas públicas que tanto são benéficas para a nossa população”.

Mais do que um espaço governamental, o Palácio representa a consolidação da identidade política do estado. Ao longo dos anos, também se transformou em um importante centro de preservação da memória acreana, abrigando exposições que retratam momentos históricos como a Revolução Acreana, o Ciclo da Borracha e a trajetória de lideranças que marcaram a história da região.



## RECONHECIMENTO

### Procuradoria-Geral do Estado é homenageada em sessão solene na Assembleia Legislativa do Acre



Durante a solenidade, foram ressaltados os quase cinco decênios de atuação da Procuradoria.

Encerrando a programação e em reconhecimento aos seus 49 anos de instalação e ao Dia do Procurador do Estado, a PGE/AC foi homenageada, no dia 30 de abril, em Sessão Solene realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

A cerimônia, ocorrida no plenário do Poder Legislativo acreano, reuniu autoridades, membros da instituição e convidados, em reconhecimento à trajetória e à relevância da Procuradoria na defesa dos interesses do Estado e na garantia da legalidade dos atos da administração pública.

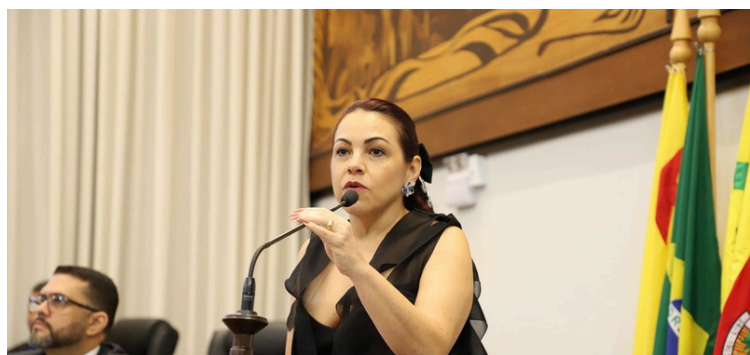


A cerimônia reuniu autoridades, membros da instituição e convidados.

Compuseram o dispositivo de honra a procuradora-geral do Estado, Janete Melo; o deputado Eduardo Ribeiro; Representando o governo do Estado, o secretário de Estado da Fazenda, Amarísio Freitas; a defensora pública-geral do Estado, Juliana Marques; a vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre (OAB/AC), Thaís Moura; e o procurador do Estado e presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Acre (Apeac), Alberto Tapeocy.

Autor da proposição, o deputado Pedro Longo não pôde comparecer por estar em agenda institucional no interior do estado, mas encaminhou mensagem em vídeo ressaltando o papel essencial da instituição. “A atuação da PGE é imprescindível para a boa condução da coisa pública no nosso estado”, pontuou.

Durante a solenidade, foram ressaltados os quase cinco decênios de atuação da Procuradoria, marcados pelo compromisso com a segurança jurídica, o fortalecimento institucional e a contribuição direta para o desenvolvimento do Acre.

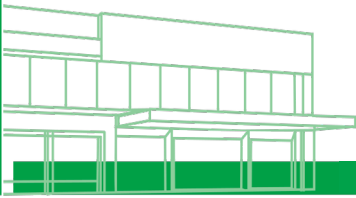


A procuradora-geral do Estado, Janete Melo, destacou a evolução institucional da PGE/AC.

A defensora pública-geral do Estado, Juliana Marques, ressaltou que a homenagem reconhece uma trajetória marcada pela defesa do interesse público e pela construção de soluções jurídicas que sustentam o funcionamento das instituições.

Representando o governo do Estado, o secretário Amarísio Freitas destacou a parceria institucional construída ao longo dos anos. “Muito mais do que defender o Estado, vocês defendem o povo acreano”, afirmou.

Encerrando a solenidade, a procuradora-geral do Estado, Janete Melo, destacou a evolução institucional da PGE e o trabalho desempenhado por procuradores e servidores ao longo dos anos. “Cheguei à PGE quando ela tinha 25 anos e posso afirmar que, aos 49, a instituição é ainda melhor. Isso se deve ao trabalho coletivo de todos que contribuíram com essa trajetória”, declarou.



## ATUAÇÃO

# Acre reforça defesa por justiça federativa em proposta nacional sobre royalties do petróleo



O Acre integrou o grupo de 19 estados brasileiros que apresentaram proposta de acordo sobre a redistribuição de royalties do petróleo ao Supremo Tribunal Federal.

Em abril, o Acre integrou o grupo de 19 estados brasileiros que, em articulação com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentaram ao Supremo Tribunal Federal uma proposta de acordo para avançar na redistribuição dos royalties do petróleo no país.

O tema foi tratado em agenda no Supremo Tribunal Federal, com a participação da procuradora-geral do Estado, que representou a governadora Mailza Assis em audiência com o ministro Cristiano Zanin.

A iniciativa, construída de forma interfederativa antes do julgamento da matéria, buscou destravar um dos mais relevantes conflitos federativos das últimas décadas: a definição de critérios mais justos para a partilha de uma riqueza que pertence à União e, portanto, a todos os brasileiros.

Hoje, a maior parte desse dinheiro fica concentrada em poucos estados onde há produção. A proposta defende que esses recursos, por serem de um bem que pertence a todo o Brasil, sejam distribuídos de forma mais justa entre todos os estados.

O Acre, que não produz petróleo, está entre os estados que mais podem se beneficiar da mudança. Isso porque a Lei nº 12.734/2012, aprovada em 2012, já previa essa divisão mais equilibrada, mas nunca foi colocada em prática devido a uma decisão judicial que suspendeu seus efeitos.

Estudos técnicos apontam que, ao longo dos anos, essa suspensão resultou em perdas bilionárias para estados como o Acre, comprometendo investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura.



A procuradora-geral do Estado representou a governadora Mailza Assis em audiência com o ministro Cristiano Zanin.

A proposta apresentada busca resolver esse impasse de forma equilibrada: a ideia é começar a aplicar a lei a partir de 2026, com uma transição gradual de sete anos, para evitar impactos bruscos nos estados que hoje recebem a maior parte dos recursos. Também está prevista a renúncia a valores retroativos, como forma de viabilizar o acordo.

Na prática, isso pode representar mais recursos chegando ao Acre nos próximos anos, fortalecendo a capacidade de investimento do Estado.



## RECOMPOSIÇÃO

### Concurso para procurador do Estado segue em andamento



A comissão do concurso esteve presente e realizou visitas às unidades de aplicação.

A Procuradoria-Geral do Estado realizou, no dia 24 de maio, a prova objetiva do 8º Concurso Público para Procurador do Estado, processo seletivo que visa recompor e fortalecer o quadro da carreira.

O certame oferta 10 vagas imediatas, além de cadastro de reserva. Ao todo, 1.793 candidatos se inscreveram e 1.269 compareceram para a realização da prova. O concurso está sendo realizado pela Fundação Getúlio Vargas.



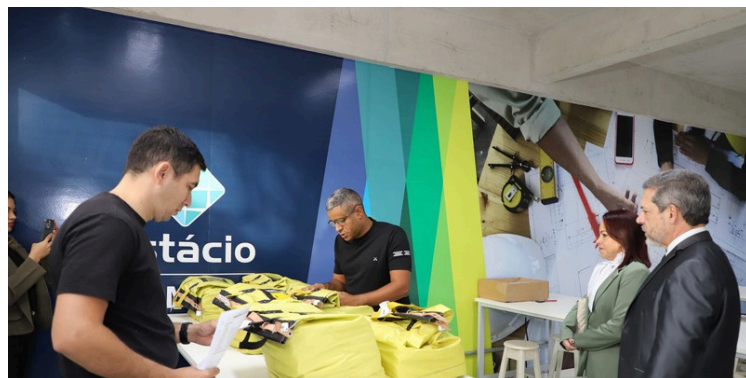
Mais de mil candidatos compareceram para a realização da prova.

Durante a aplicação, a comissão do concurso esteve presente e realizou visitas às unidades de aplicação, acompanhando de perto o andamento dos trabalhos e reforçando o compromisso com a lisura, a organização e a transparência do certame.

A comissão é composta pelos procuradores do Estado Lucas Grangeiro Bonifácio, Thomaz Carneiro Drumond, Gerson Ney Ribeiro Vilela Júnior,

Paulo Jorge Santos e Alberto Tapeocy Nogueira. A procuradora-geral do Estado, Janete Melo, também acompanhou a aplicação das provas.

Segundo Janete Melo, a realização do concurso representa um marco importante para o fortalecimento institucional da Procuradoria. “Em 2023, o então governador Gladson Cameli autorizou a abertura do procedimento interno para elaboração do edital do concurso, processo que teve continuidade na gestão da governadora Mailza Assis. Após quase 10 anos da realização do último certame, estamos avançando na recomposição de uma carreira estratégica para o Estado. Os procuradores do Estado são os advogados públicos responsáveis pela orientação jurídica de toda a gestão estadual”, destacou.



A realização do concurso representa um marco importante para o fortalecimento institucional da Procuradoria.

A procuradora-geral ressaltou ainda que, apesar do ingresso de novos membros em 2022, houve vacâncias decorrentes de aposentadorias e desligamentos. “Era necessária a reposição desses cargos. Nossa expectativa é que, até 2027, possamos alcançar uma recomposição importante da carreira, garantindo ainda mais eficiência e segurança jurídica para a administração pública estadual”, afirmou.

A realização do concurso representa mais um passo no fortalecimento da Procuradoria-Geral do Estado (PGE/AC), contribuindo para a valorização da carreira e para a continuidade de uma atuação jurídica cada vez mais qualificada, comprometida com a defesa do interesse público e o desenvolvimento do Acre.



## VITÓRIA JUDICIAL

# Atuação da PGE/AC assegura vitória judicial e protege a receita estadual de ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações



A decisão definitiva encerrou o processo e evitou possíveis prejuízos financeiros ao Estado do Acre.

A Procuradoria-Geral do Estado, por meio da Procuradoria Fiscal e da Coordenadoria do Contencioso Tributário, obteve uma importante vitória judicial em uma ação que discutia a cobrança de ICMS sobre serviços de energia elétrica e telecomunicações. A decisão definitiva encerrou o processo e evitou possíveis prejuízos financeiros ao Estado do Acre.

“A PGE venceu uma ação de alto risco para as contas estaduais. Com o trânsito em julgado já certificado, ficou extinta a demanda que buscava afastar a cobrança do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica e os serviços de telecomunicação no Acre. O processo terminou sem que se chegasse ao mérito”, destacou o procurador-chefe de Consultoria Administrativa e do Contencioso Tributário, Luís Rafael Marques.

Ajuizada em 2018 pela Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agrícola do Acre (Acisa), a ação buscava diminuir a alíquota de ICMS aplicada sobre energia elétrica e telecomunicações e recuperar valores pagos nos cinco anos anteriores. A discussão envolvia uma matéria tributária de grande repercussão nacional, que também foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aumentando a importância estratégica da atuação da PGE na defesa do Estado.

Durante o processo, a PGE demonstrou que a associação não apresentou a documentação necessária para comprovar que estava autorizada pelos seus associados a ingressar com a ação em nome deles. O entendimento foi acolhido pela Justiça, que determinou o encerramento do processo sem analisar o pedido principal.

Os recursos foram negados. A decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Acre, que confirmou que uma entidade associativa precisa apresentar autorização específica de seus integrantes para representá-los judicialmente.



O procurador-chefe de Consultoria Administrativa e do Contencioso Tributário, Luís Rafael Marques, atuou no processo.

Após a análise dos recursos apresentados pela parte autora, a decisão se tornou definitiva, com o trânsito em julgado do processo. Dessa forma, foi encerrada uma demanda que poderia gerar impacto significativo para os cofres públicos estaduais, considerando o número de possíveis beneficiários e os valores envolvidos.



[www.pge.ac.gov.br](http://www.pge.ac.gov.br)

